



SOCIEDADE

Ao discutir a necessidade de regulação na web, na abertura da Semana de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Janja explica razão da cobrança ao presidente da China e afirma que não se calará quando bem-estar estiver em jogo

Redes no debate da proteção ao menor

» VICTOR CORREIA

No evento de abertura da Semana Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ontem, no Tribunal de Contas da União (TCU), a principal preocupação dos participantes é a falta de regulação das redes sociais — considerada a mais perigosa lacuna nos esforços de proteção dos menores contra a exploração de menores. A crítica mais veemente contra a ausência de algum sistema que restrinja o acesso a conteúdos considerados agressivos e criminosos nas plataformas foi da primeira-dama Janja, que vem sendo criticada por interromper uma recepção do governo chinês oferecida à comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, para cobrar do presidente Xi Jinping a regulação do TikTok no Brasil.

“Não há protocolo que me faça calar se eu tiver uma oportunidade de falar sobre isso com qualquer pessoa que seja, do maior grau ao menor. Quero

Clarice Castro/MDHC



A violência virtual, o aliciamento, o bullying digital e o acesso a conteúdos impróprios e criminosos podem acontecer a qualquer momento. Me preocupo imensamente com as crianças e com as mulheres deste país”

Janja Lula da Silva, primeira-dama

dizer que a minha voz vai ser usada para isso. E foi para isso que ela foi usada quando me dirigi ao presidente Xi Jinping, após a fala do meu marido sobre uma rede social. Não me calarei quando for para proteger a vida das nossas crianças e dos nossos adolescentes”, frisou Janja, no evento organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por ocasião do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, lembrado no domingo.

Caso Sarah

Ao defender a regulação das redes, Janja citou operações policiais, em Minas Gerais e no Rio Grande do Norte, para desbaratar grupos que cometiam crimes contra animais transmitidos ao vivo e a morte de Sarah Raissa Pereira de Castro, de oito anos, no Distrito Federal, depois de inalar desodorante aerossol por conta de um “desafio” na internet. Ela disse que as mães devem ser ouvidas sobre o tema no Congresso e que a regulação tem que ser

tratada com seriedade, e não como “fofoca de bastidor”.

“As redes sociais, os jogos on-line, os grupos de mensagem, todos os espaços digitais fazem parte do cotidiano dos nossos filhos, das nossas crianças e adolescentes e, como qualquer espaço, há riscos. A violência virtual, o aliciamento, o bullying digital e o acesso a conteúdos impróprios e criminosos podem acontecer a qualquer momento. Me preocupo imensamente com as crianças e com as mulheres deste país, as principais vítimas dos crimes digitais”, enfatizou Janja.

A ministra Macaé Evaristo, dos Direitos Humanos e da Cidadania, reforçou o comentário da primeira-dama. “Sabemos que não podemos ignorar o ambiente digital e o fato deste ter se tornado um local de violação de direitos e aliciamento, ameaças, bullying, exposição de crianças a conteúdos inadequados, esta é uma pequena parte da conversa. Os efeitos danosos são visíveis: altos índices de ansiedade, depressão, isolamento, automutilação e até suicídio”, salientou.

Abusos aumentam mais de 36% em um ano

» DANANDRA ROCHA

O Brasil registrou o maior número da série histórica de notificações de violência contra crianças e adolescentes. De acordo com dados do *Atlas da Violência 2025*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foram 115.384 casos, um salto de 36,2% em relação ao ano anterior. Desse total, a violência sexual se destaca, especialmente contra meninas entre 10 e 14 anos, que representam quase a metade dos atendimentos.

Somente até 12 de maio, o Disque 100 recebeu 639.020 denúncias envolvendo maus-tratos, exploração sexual e tráfico de pessoas contra crianças e adolescentes. “O ambiente doméstico, que deveria ser sinônimo de cuidado e segurança, é o local mais recorrente das violações. Em dois terços dos casos

registrados, em 2024, a violência ocorreu dentro da própria casa”, afirmou ao **Correio** Michelly Antunes, líder de programas e projetos da Fundação Abrinq. Ela salienta que em tais situações “estabelece-se um pacto de silêncio absoluto entre a vítima e o agressor.”

Os abusadores, em sua maioria, são pessoas de convivência íntima com a criança e com o adolescente. De acordo com o Ipea, o lar da vítima continua sendo o principal local dos crimes, sobretudo para meninas entre cinco e 14 anos, que concentram 65,2% dos casos de violência sexual.

Michelly, porém, adverte que não são apenas as meninas que sofrem. Os meninos representam cerca de 15% das vítimas notificadas, mas o estigma torna esses casos ainda mais ocultos. “Os meninos também são

vítimas e, muitas vezes, de forma ainda mais invisível”, observa.

Ambiente digital

Outro ponto de atenção é a violência sexual em ambientes virtuais. Embora campanhas tentem alertar pais e responsáveis, a vulnerabilidade digital cresce à medida que o acesso à internet aumenta sem a devida supervisão.

Esse tema é uma das prioridades do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Segundo a pasta frisou ao **Correio**, as ações relacionadas ao monitoramento das redes incluem campanhas educativas, cursos on-line, apoio a centros de escuta protegida como o Disque 100 e a capacitação de profissionais de conselhos tutelares.

Organizações não governamentais também desenvolvem

iniciativas no sentido de proteger crianças e adolescentes. O projeto “Pode Ser Abuso”, da Fundação Abrinq, e a “Trilha do Conhecimento”, do Instituto Liberta, buscam informar, prevenir e encorajar denúncias.

“As políticas de prevenção deveriam estar em primeiro lugar. A educação tem um papel transformador dessa realidade. Crianças precisam se conhecer para se proteger. Outro aspecto negligenciado é o acesso ao atendimento psicológico e de saúde humanizado para vítimas de violência sexual”, afirma Cristina Cordeiro, diretora-adjunta do Instituto Liberta, ao **Correio**.

Já o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente reconhece que “a burocracia no acesso a recursos e na implementação de políticas públicas pode atrasar o cumprimento dos direitos estabelecidos

pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)”. Segundo o Comando, em diversas regiões os conselhos tutelares operam com equipes reduzidas, infraestrutura precária e orçamento reduzido, o que compromete tanto o atendimento quanto a resposta às denúncias.

Presidente da Comissão dos Direitos Humanos no Senado e ex-ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) enxerga falhas do governo federal no enfrentamento aos abusos contra crianças e adolescentes. Exemplifica isso com o veto do do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à lei que criaria um cadastro nacional de pedófilos e que manteria o CPF do criminoso após o cumprimento da pena: “A família tem que saber onde ele está. Há muita reincidência. O bandido tem direito a

639.020
DENÚNCIAS

de maus-tratos,
exploração sexual e tráfico
de pessoas contra crianças
e adolescentes foram
recebidas pelo Disque 100
até 12 de maio

se reabilitar? Claro. Mas o direito da criança de ser protegida dele deve vir primeiro”, observa.

Ela destaca que há experiências bem-sucedidas, como a Casa de Escuta Protegida, em Vitória da Conquista (BA), que poderia ser replicadas país afora. “Uma das maiores violências cometidas quando ocorre o estupro é fazer a criança contar várias vezes o que ocorreu. Nessas estabelecimentos, a criança fala para vários órgãos uma vez apenas. É tudo em um só lugar”, defende.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Suspenso o ensino remoto de direito e mais 4 cursos

O Ministério da Educação proibiu, ontem, a graduação de cinco cursos universitários na modalidade totalmente remota. São eles direito, medicina, odontologia, enfermagem e psicologia. O objetivo, segundo o MEC, é garantir a qualidade da formação em áreas consideradas sensíveis à prática profissional. As faculdades terão dois anos para se adaptarem às novas regras.

A restrição consta do decreto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou regulamentando o Ensino a Distância (EaD). Além da proibição aos cursos de serem totalmente on-line, também fica limitada a carga horária à distância

dos demais cursos da saúde e para as licenciaturas — voltadas à formação de professores.

A medida ainda obriga os cursos a distância a realizarem um número mínimo de provas presenciais. A ideia é evitar que a qualidade do ensino caia, diante da explosão das matrículas em cursos EaD nos últimos anos. Alunos matriculados antes da publicação do decreto não serão afetados.

“Reconhecemos a importância do ensino a distância para dar acesso a milhões de pessoas no Brasil. O grande objetivo desse decreto é aprimorar, termos regras claras para isso, definições claras para garantir qualidade”, explicou o

ministro da Educação, Camilo Santana. O governo cogitou incluir as engenharias no rol de cursos que não podem ser ofertados de forma 100% digital, mas voltou atrás.

Formatos

O decreto prevê três formas para oferta dos cursos: presencial, com até 30% de aulas a distância (antes era até 40%); semi-presencial, uma nova categoria que mistura as diferentes modalidades presenciais e virtuais na carga horária; e cursos a distância, com ao menos 20% da carga horária formadas por aulas presenciais ou ao vivo interativas.

Ricardo Stuckert / PR



Lula e Camilo: decreto pretende aprimorar as regras para o EaD

As novas regras também obrigam a realização de ao menos uma prova presencial a cada disciplina, que tenha peso majoritário na nota final, inclusive em cursos EaD.

Segundo o MEC, a regulamentação também valoriza o corpo docente ao exigir que os cursos tenham uma quantidade

de professores compatível com o número de alunos. Cria também requisitos para a infraestrutura e tecnologia disponíveis nos pólos de apoio EaD — locais físicos credenciados pelo MEC para dar apoio aos estudantes, que deverão contar com laboratórios e ambientes para estudo. A Associação Brasileira

de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) se manifestou favoravelmente à publicação do decreto.

Dados do MEC mostram que o número de alunos em cursos EaD aumentou 232%, entre 2018 e 2023. Os cursos presenciais, porém, vêm diminuindo desde 2014. Em 2023, foram 3,3 milhões de matrículas no ensino a distância, contra 1,67 milhão na modalidade presencial.

Em compensação, no mesmo ano, apenas 14,45% dos cursos a distância receberam notas boas ou ótimas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), contra 41,54% dos presenciais. Preocupado com o cenário, o MEC suspendeu, em junho de 2024, a criação de cursos a distância. (VC com **Alicia Bernardes***)

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi